

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP SEI N° 0024942883/2025 - SAP.UAO.AAO

1 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

A Administração Municipal Direta e Indireta, atualmente tem firmado contrato proveniente do pregão eletrônico nº 008/2020 que atende ao serviço de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, o qual tem o prazo de execução até 01/04/2025.

Considerando que as unidades que compõe o presente processo possuem grupo gerador que necessitam do respectivo serviço de manutenção, e não possuem em seu quadro servidores qualificados para realização dos serviços, faz-se necessária nova contratação de empresa especializada par, a fim de continuar com o fornecimento do serviço.

A manutenção dos equipamentos traz maior segurança de que os geradores entrarão em serviço no caso de a concessionária de energia elétrica interromper o fornecimento, garantindo o abastecimento de energia para a iluminação, o funcionamento dos componentes e sistemas de tecnologia da informação e aparelhos de climatização, além do funcionamento de equipamentos médicos junto ao Hospital Municipal São José, UPA Norte, UPA Leste e UPA Sul, fundamentais e por vezes essenciais à garantia da vida dos usuários destas unidades.

2 – DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL.

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

2.1 A contratação encontra amparo na Lei nº 8.993, de 31 de agosto de 2021, que dispõe sobre a revisão do PPA - Plano Plurianual 2022-2025 do Município de Joinville - Processo 21.0.187194-1. Também encontrada através do link <https://www.joinville.sc.gov.br/publicacoes/proposta-para-lei-de-orcamento-anual-loa-2023/>

2.2 Estão previstos recursos orçamentários para a presente contratação, que estão discriminados junto ao documento "Requisição de Compras" que fará parte do presente processo.

2.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

3 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

3.1 Para a presente contratação, devem ser atendidos os seguintes requisitos mínimos:

a) A Contratada deverá dispor de equipe mínima para atendimento dos serviços para os equipamentos conforme tabela do item 4.

b) A Contratada deverá possuir Grupo Gerador Backup similar ou superior aos equipamentos descritos na tabela do item 4.

c) A utilização de uniformes e equipamentos de proteção individual - EPIs e coletivo EPCs necessários.

d) Assumir integral responsabilidade pelos danos decorrentes do serviço, inclusive perante terceiros.

3.2 Os demais requisitos específicos estão dispostos no Memorial Descritivo.

3.3 A contratada prestará garantia de execução do Contrato, nos moldes do art. 98 da Lei nº 14.133/2021, em valor correspondente a 5% do valor inicial do contrato.

3.4 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

3.4.1 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 últimos exercícios sociais, comprovando:

3.4.1.1 Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).

3.4.1.2 Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 para o item 3.4.1.1 será exigido para fins de habilitação capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo de 5% do valor total estimado da contratação, o qual justifica-se para a comprovação de aptidão para exequibilidade do serviço considerando o a alta potência e porte dos equipamentos tratados.

3.5 Para fins de Qualificação Técnica, deverá o licitante comprovar aptidão para a execução de serviço, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

3.5.1 Os atestados deverão ser de execução de serviço de produto compatível com 50% do quantitativo dos itens cotados de maior potência (KVA). Justifica-se a média de 50% como forma de garantir o atendimento mínimo aos grupo geradores atendidos, com foco principal em eventual necessidade de manutenção corretiva concomitante nos equipamentos de fundamental importância municipal

4 – ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, § 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

4.1 Os quantitativos foram indicados por cada unidade participante, através do processo SEI 24.0.087302-4 e 24.0.130452-0, de acordo com os equipamentos existentes e históricos de manutenção nos equipamentos, conforme tabela abaixo:

Tabela de Serviços									
Lote	Item	Secretaria Gestora	Unidade Municipal	Logradouro	Equipamento	Descrição do item	Unidade	Quantidade estimada para 12 meses	
1	1	SAP	Prefeitura Municipal de Joinville - Paço Municipal	Avenida Hermann August Lepper, nº 10 – Saguacú	Grupo gerador NEMA - GGN 380-38, potência de 342 kVA, tensão 380V, composto por Motor Mercedes OM 447 LA 510M	Serviço de Manutenção Preventiva de Grupo Gerador	Serviço	12	
	2					Serviço de Manutenção Corretiva de Grupo Gerador	Hora	120	
	3					Mobilização, instalação, disponibilização e desmobilização de grupo gerador backup	Diária	20	
	4					Peça para Manutenção	Unidade	R\$ 30.000,00	
	SAP - PAÇO - 342 KVA								
2	5	HMSJ	HMSJ - Hospital Municipal São José	Av. Getúlio Vargas, 238 - Anita Garibaldi	Grupo gerador WEG - GTA, potência de 460 kVA, tensão 380V, composto por motor SCÂNIA DC 12	Serviço de Manutenção Preventiva de Grupo Gerador	Serviço	12	
	6					Serviço de Manutenção Corretiva de Grupo Gerador	Hora	120	
	7					Mobilização, instalação, disponibilização e desmobilização de grupo gerador backup	Diária	15	
	8					Peça para Manutenção	Unidade	R\$ 45.000,00	
	HMSJ - 460 KVA								
	9	HMSJ	HMSJ - Hospital Municipal São José	Av. Getúlio Vargas, 238 - Anita Garibaldi	Grupo gerador WEG - BTA 280, potência de 260 kVA, Tensão 380V composto por CUMINS	Serviço de Manutenção Preventiva de Grupo Gerador	Serviço	12	
	10					Serviço de Manutenção Corretiva de Grupo Gerador	Hora	120	
	11					Mobilização, instalação, disponibilização e desmobilização de grupo gerador backup	Diária	15	
	12					Peça para Manutenção	Unidade	R\$ 35.000,00	
	HMSJ - 260 KVA								
	13	HMSJ	HMSJ - Hospital Municipal São José	Av. Getúlio Vargas, 238 - Anita Garibaldi	Grupo gerador HEIMER - ATED, potência de 380 kVA, Tensão 380V composto por Motor Mercedes OM 447 LA	Serviço de Manutenção Preventiva de Grupo Gerador	Serviço	12	
	14					Serviço de Manutenção Corretiva de Grupo Gerador	Hora	120	
	15					Mobilização, instalação, disponibilização e desmobilização de grupo gerador backup	Diária	15	
	16					Peça para Manutenção	Unidade	R\$ 40.000,00	
	HMSJ - 380 KVA								
	17	HMSJ	HMSJ - Hospital Municipal São José - Apoio	Av. Getúlio Vargas, 238 - Anita Garibaldi	Grupo gerador Stemac, potência de 260 kVA, tensão 380V, composto por Motor BAUDOUIN, modelo 6M16G200/6	Serviço de Manutenção Preventiva de Grupo Gerador	Serviço	12	
	18					Serviço de Manutenção Corretiva de Grupo Gerador	Hora	120	
	19					Mobilização, instalação, disponibilização e desmobilização de grupo gerador backup	Diária	15	
	20					Peça para Manutenção	Unidade	R\$ 25.000,00	
	HMSJ Apoio - 260 KVA								
3	21	SES	UPA Sul	Rua João da Costa Júnior, s/n - João Costa	Grupo gerador NEMA - GGN 230-38, potência de 230kVA, tensão 380V composto por motor IVECO NEF67TE5.B551 Alternador WEG modelo AG 10250SI20A1 - DIESEL	Serviço de Manutenção Preventiva de Grupo Gerador	Serviço	12	
	22					Serviço de Manutenção Corretiva de Grupo Gerador	Hora	96	
	23					Mobilização, instalação, disponibilização e desmobilização de grupo gerador backup	Diária	15	
	24					Peça para Manutenção	Unidade	R\$ 35.000,00	
	SES - SUL - 230 KVA								
	25	SES	UPA Leste	Rua José Francisco Vieira, 75 - Aventureiro	Grupo gerador NEMA - GGN 125-38, potência de 125 kVA, Tensão 380V composto por motor PERKINS 1104C-44TAG2 Alternador WEG modelo GTA 202 AI34 - DIESEL	Serviço de Manutenção Preventiva de Grupo Gerador	Serviço	12	
	26					Serviço de Manutenção Corretiva de Grupo Gerador	Hora	96	
	27					Mobilização, instalação, disponibilização e desmobilização de grupo gerador backup	Diária	15	
	28					Peça para Manutenção	Unidade	R\$ 45.000,00	
	SES - LESTE - 125 KVA								
	29					Serviço de Manutenção Preventiva de Grupo Gerador	Serviço	12	

30	SES	UPA Norte	Rua Guilherme, 640 - Costa e Silva	Grupo Motor Gerador Diesel com carenagem, potência Standard entre 100 e 110KVA, Tensão 380V, velocidade de 1800 RPM e frequência de 60 Hrtz	Serviço de Manutenção Corretiva de Grupo Gerador	Hora	96
31					Mobilização, instalação, disponibilização e desmobilização de grupo gerador backup	Diária	15
32					Peça para Manutenção	Unidade	R\$ 30.000,00
SES - NORTE - 100 a 110 KVA							

5 - LEVANTAMENTO DE MERCADO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

5.1 O objeto da contratação trata-se de serviço comum e continuado de engenharia. A execução do serviço é imprescindível para as atividades da Administração, cuja forma de contratação é prática comum do mercado.

5.2 Com a necessidade de manutenção preventiva e corretiva em grupo geradores, o planejamento encontrou as seguintes soluções:

5.2.1 Dispor de servidores públicos, peças e equipamentos para a manutenção dos grupos geradores: Atualmente a Administração não possui mão de obra qualificada para manutenção de grupo gerador. Assim, a solução não se considera viável.

5.2.2 Contratação de empresa especializada em manutenção preventiva e corretiva em grupo geradores: Para manutenção preventiva e corretiva dos grupos geradores dispostos na tabela do item 4, a única solução possível é necessário contratar empresa especializada no serviço. O valor deverá ser definido através de pesquisa de mercado junto à empresas da região.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

6.1 Os valores estimados para a contratação, bem como suas memórias de cálculo estão discriminados no presente processo, após a conclusão da pesquisa de preços, o qual deverá estar compatível com o histórico de contratações anteriores.

6.2 No entanto, de início, estima-se a contratação no valor de R\$ 741.764,53

7 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

Em função da falta de servidores qualificados para manutenção de grupos geradores, a única alternativa encontrada, e por tanto a considerada mais viável é a contratação de empresa especializada em manutenção preventiva e corretiva em grupo geradores.

8. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

Os equipamentos (Grupo Geradores) são distintos entre si, o que pode acarretar valores diferenciados para cada serviço. Dessa forma, se faz necessária a separação dos serviços por equipamento.

Contudo, com vistas a otimizar o serviço de fiscalização contratual, tanto técnica quanto administrativa, é necessário que os contratos sejam divididos por Secretaria/Autarquia inclusive com vistas a economia de escala.

Porém, se vislumbram restrições entre prestadores diferentes por Secretaria/Autarquia, de forma a aumentar a competitividade.

Logo, a melhor solução encontrada para o presente objeto, é a realização de uma única licitação com parcelamento do serviço por lotes de acordo com a unidade gestora, conforme tabela do item 4.

9 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

Os resultados pretendidos com a presente contratação não estão atrelados apenas a termo de economicidade e de aproveitamento de recursos humanos, materiais e financeiros, mas principalmente ao interesse público a ser atendido, que muitas vezes não está diretamente interligado a todas essas questões.

Entretanto, é relevante constar que, os resultados pretendidos a todos os níveis estão ligados ao atendimento da necessidade já existente de manutenção preventiva e corretiva dos grupos geradores de forma eficaz e segura, para que continuem assistindo aos serviços públicos e unidades as quais atendem, no sentido que estão previstos nos demais tópicos deste estudo.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À

CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

As unidades que utilizam o serviço, já tem o conhecimento e experiência mínima para a fiscalização do contrato, ressaltando-se o Mapa de Risco e a sugestão de capacitação contínua dos servidores, por parte da administração, logo não há necessidade de providências adicionais.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

Não há contratações correlatas e/ou interdependentes.

Não foram encontrados contratos similares ou que atendam à necessidade do serviço e objeto da contratação através dos consórcios dos quais o Município é parte.

Apesar da inexistência supracitada, concomitante justifica-se que a presente contratação, não há interesse da Administração em aderir às Atas de Registros de Preços dos Consórcios, pelos seguintes motivos sucintamente elencados:

- Complexidade na gestão: A participação em um consórcio exige uma gestão eficiente e coordenada entre os membros participantes. Isso pode apresentar desafios adicionais, pois envolve a coordenação de interesses, tomada de decisões conjuntas e resolução de conflitos, principalmente em se tratando de compras unificadas, que atendem aos diversos órgãos da Administração. A falta de uma gestão adequada pode levar a atrasos e problemas operacionais.
- Menor flexibilidade: Participar de um consórcio pode exigir que os órgãos públicos sigam determinadas regras, regulamentos e procedimentos estabelecidos pelo Consórcio. Isso pode resultar em uma menor flexibilidade na condução das licitações, impedindo que os órgãos públicos adotem abordagens mais personalizadas ou específicas para suas necessidades individuais, bem como conflitar com a prática administrativa. Por exemplo, no caso do CINCATARINA, conforme sua [Resolução 214/2022](#), o Estudo Técnico é dispensado para determinados grupos. Em se compulsando o rol de objetos "dispensados" constata-se que estes se enquadram na quase totalidade nos objetos licitados por meio das compras unificadas. No entanto, como visto, a dispensa da elaboração do Estudo Técnico Preliminar pelo Consórcio não desobriga a Administração da elaboração do mesmo (Art. 9º), causando evidente contrassenso, vez que, na hipótese de indicar o quantitativo (IRP), salvo melhor juízo, não sabe se o Consórcio elaborou ou não o ETP, e ao aderir, salvo melhor juízo, estará elaborando um ETP após o processo licitatório.
- Complexidade na gestão de contratos: A gestão de contratos podem se tornar mais complexas em um Consórcio, especialmente quando há a participação de vários membros. Coordenar as obrigações contratuais, as responsabilidades e as expectativas de todos os membros requer uma gestão eficiente e uma comunicação clara, principalmente em se tratando de compras unificadas, que atendem aos diversos órgãos da Administração.
- Restrições de autonomia: Participar de um consórcio pode implicar em restrições à autonomia dos órgãos públicos. Isso ocorre porque as decisões sobre as licitações podem precisar ser tomadas de forma conjunta, considerando os interesses e necessidades de todos os membros, bem como devem estar alinhadas às decisões tomadas pelo Consórcio, enquanto gestor da ARP. Isso pode limitar a flexibilidade e a independência dos órgãos públicos, principalmente em se tratando de compras unificadas, que atendem aos diversos órgãos da Administração.
- Possíveis atrasos: Devido à natureza colaborativa dos consórcios, pode haver atrasos no processo de tomada de decisão. A necessidade de consulta e consenso entre os membros pode prolongar o tempo necessário para finalizar as etapas do processo licitatório. Isso pode ser problemático em situações em que é exigida uma resposta rápida ou quando há prazos rígidos. Ademais, na condição de Consorciado e participante, não detém qualquer ingerência nas decisões tomadas pelo Consórcio no decorrer da gestão e execução contratual.
- Necessidade de garantir a transparência e o controle do processo de contratação pública. Ao realizar contratações independentes, o Município tem maior controle sobre o processo (como um todo, desde seu início até sua conclusão), podendo adotar medidas adicionais para assegurar a lisura e a transparência em todas as etapas. Isso inclui a elaboração de editais de licitação, a realização de julgamentos e a publicidade adequada dos resultados, fortalecendo a credibilidade e a confiança na Administração Municipal.

As contratações através dos Consórcios podem englobar uma ampla gama de fornecedores e produtos, nem sempre passando por rigorosos processos de seleção e avaliação conforme é realizado pela Administração. Assim, ao realizar contratações independentes (próprias), o Município pode estabelecer critérios de seleção necessários ao atendimento da demanda, buscando garantir a qualidade e segurança dos produtos e serviços contratados, bem como a idoneidade das empresas envolvidas.

Para análise do interesse público, a Administração deve acima de tudo buscar a eficiência em suas contratações. Para tomar a decisão acerca da viabilidade e interesse público em participar ou aderir a uma Ata de Registro de Preços dos Consórcios é necessário avaliar vários fatores que não somente preços, mas se as condições propostas para contratação são realmente vantajosas para o Município, ou mesmo o completo atendimento pelo Consórcio do que determina a Lei para a fase preparatória, licitatória e executiva.

11.6 Para que o gestor proceda com a necessária segurança jurídica, a Administração deve previamente se certificar do atendimento do que preconiza a Lei, gerando indiretamente o ônus de praticamente "auditar" o processo licitatório do Consórcio. Tal constatação decorre da orientação da Procuradoria Geral do Município,

6.2 -Do Município de Joinville como participante da licitação.

(...)

Ou seja, caso confirmado o atendimento aos comandos prescritos nos arts. 82 e seguintes da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e no art. 6º do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, o que deve ser providenciado, caberá ao Município de Joinville, como órgão participante do Pregão Eletrônico nº 0062/2023, firmar a Ata de Registro de Preços dele decorrente.

(...)

14 - Recomendações

Diante de todo o verificado até o presente momento, recomendamos:

a) Considerando que o Consórcio Interfederativo Santa Catarina – CINCATARINA vem atribuindo ao Município de Joinville o enquadramento de órgão participante nos torneios licitatórios por ele deflagrados, recomendamos, *seja certificado pelo órgão central de licitações o atendimento aos procedimentos previstos nos arts. 82 e seguintes da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e art. 6º do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013.*

b) Em caso de desatendimento aos procedimentos previstos nos arts. 82 e seguintes da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e art. 6º do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, recomendamos, desde já, a não assinatura da Ata de Registro de Preços e a imediata correção do procedimento interno adotado para as contratações utilizando-se do Consórcio Interfederativo Santa Catarina – CINCATARINA; (grifo nosso)

Merece destaque também que, em que pese haver o cumprimento dos ditames legais por parte dos Consórcios (os quais são certificados e aprovados pela Procuradoria própria destes), estes não atendem em sua plenitude ou na maioria das vezes as exigências das contratações pela Administração, seja desde o procedimento de estruturação, fluxo interno, procedimentos já internalizados, boas práticas na execução, bem como da parte licitatória (e Edital), assinatura eletrônica no SEI, o que poderia gerar eventuais inseguranças jurídicas, principalmente com relação às Instruções Normativas aplicáveis a cada caso.

Por oportuno, ressaltamos que a Administração possui capacidade tanto de pessoal como técnica para realizar a contratação do objeto em questão.

12. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

12.1 Os eventuais impactos ambientais previstos como troca de óleo/lubrificante e baterias dos grupos geradores, deverão ser observados pela contratada a qual deverá obedecer à logística reversa adequada de tais resíduos decorrentes da contratação, conforme legislação vigente, as quais deverão constar no Memorial Descritivo conforme minimamente se descreve abaixo:

12.1.1 Os serviços prestados pela contratada deverão pautar-se sempre no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e materiais consumidos, bem como a geração excessiva de resíduos, a fim de atender às diretrizes de responsabilidade ambiental adotadas pela contratante.

12.1.2 As boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e menor poluição se pautam em alguns pressupostos e exigências, que deverão ser observados pela contratada:

- a) Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxico-poluentes.
- b) Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade quando possível.
- c) Racionalização/economia no consumo de energia (especialmente elétrica), em especial, observando a boa manutenção preventiva.
- d) Reciclagem/destinação adequada dos resíduos gerados.
- e) Descarte adequado de materiais tóxicos como óleo de motor, reatores, pilhas/baterias, etc.
- f) Os materiais empregados pela contratada deverão atender à melhor relação entre custos e benefícios, considerando-se os impactos ambientais, positivos e negativos, associados ao produto.

12.1.3 A contratada deverá observar especialmente a Lei nº 12.305/2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos e as resoluções da CONAMA:

- a) Resolução CONAMA nº 362/2005 que dispõe sobre o recolhimento, coleta e destinação final de óleo lubrificante usado ou contaminado.
- b) Resolução CONAMA nº 401/2008 que estabelece os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio para baterias comercializadas no território nacional e os critérios e padrões para o seu gerenciamento ambientalmente adequado, e dá outras providências.

13. ANÁLISE DE RISCOS

De acordo com o art. Art. 18, inciso X da Lei 14.133/2021, na fase preparatória, devem ser abordados os riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual

A análise dos riscos da contratação encontram-se descritos no documento Mapa de Riscos, do presente processo.

14. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA

O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

Parâmetro considerado	Sim	Não	Observação / Comentário
1. O modelo adotado para a contratação é o mais vantajoso para a Administração, tanto pelo aspecto técnico como pelo econômico?	X		
2. O modelo adotado para a contratação está em conformidade com o praticado no mercado?	X		
3. O valor estimado da contratação está em conformidade com a previsão orçamentária?	X		
4. Os resultados pretendidos com a contratação compensam os investimentos realizados pela Administração, em curto, médio e longo prazo?	X		
5. De acordo com a análise dos riscos para a contratação, a contratação é viável e não possui risco de dano ao erário? (moderado/médio a grave)	X		Risco médio
6. Há risco de comprometimento do sucesso da licitação e da execução, considerando os fatos ocorridos em contratações anteriores do mesmo objeto ou similares.	X		
7. No caso do item anterior, foram indicadas as medidas necessárias para mitigar os riscos?	X		

CONCLUSÃO: Com base neste Estudo Técnico Preliminar, a Equipe/Comissão de Planejamento declara **viável** a contratação de empresa especializada em manutenção preventiva e corretiva em grupo geradores, nos moldes descritos no presente Estudo Técnico Preliminar, vez que se mostrou a solução técnica e economicamente mais adequada à necessidade da Administração e fundamentadamente atende ao interesse público.



Documento assinado eletronicamente por **Juliano Andress Mertens Garcia, Servidor(a) Público(a)**, em 26/03/2025, às 12:06, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Gilmar Pavinatto, Gerente**, em 26/03/2025, às 15:46, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **0024942883** e o código CRC **DAA38F36**.

Av. Herman August Lepper, 10 - Bairro Centro - CEP 89221-005 - Joinville - SC - www.joinville.sc.gov.br